

## Rio debate as dificuldades e ganhos das inovações contábeis



ilustração Ricardo Augusto

No dia 11 de junho, o auditório do CASS deu lugar ao 45º Seminário da Controladoria Geral do Município. O evento se propôs a fazer um balanço dos desafios e dos ganhos trazidos pelas mudanças vividas nos últimos anos pelo setor público devido a inovações contábeis, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que acaba de completar 15 anos, ou a adaptação do setor público às normas internacionais de contabilidade.

Sob o tema “A Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil: dificuldades e ganhos com a sua inovação”, de relevância crescente, debateram profissionais de alto nível,

como destacou o controlador-geral do Município do Rio de Janeiro, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, na mesa de abertura.

Primeiro palestrante, o assessor especial da Subsecretaria de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária da Secretaria Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro, Paulo Henrique Feijó. “O papel do profissional contábil é instrumentalizar e promover o controle social”. Para ele, quando se trata de inovação contábil o mais difícil é mudar a postura do profissional de contabilidade e gestores

### VEJA MAIS NESTA EDIÇÃO

#### Entrevista

Contador-geral da CGM-RJ, Márcio Loureiro, comenta os desafios e as mudanças do setor contábil  
**página 3**

#### Artigo

Professor Waldir Ladeira disserta sobre os 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal  
**página 6**

#### Estante

“Entendendo as mudanças na contabilidade ao setor público”, de Paulo Henrique Feijó  
**página 9**

frente à implantação do princípio da competência, já que os avanços tecnológicos têm sido imensos, oferecendo ferramentas cada vez mais eficazes e úteis. “Atualmente várias informações estão acessíveis ao público, o Estado é fiscalizado, ou há potencial para isso. Não apenas do cidadão comum, mas a sociedade organizada, como ONGs e outras instituições. Parece pouco, mas é muito, embora saibamos que ainda podemos evoluir bastante”.



Mesa de abertura com os palestrantes

## Sustentabilidade X ajuste

No entanto, Feijó ressaltou que, apesar de importantes, informações orçamentárias e financeiras cada vez mais acessíveis não bastam para uma eficiente avaliação dos dados. “Tanto que um dos grandes desafios mundiais, constatado pelo FMI, é a Europa. Grécia, Portugal, Espanha quebraram e caberia à Contabilidade ajudar a evitar essas quebras, evidenciando que a sustentabilidade econômica e financeira estaria em risco”, ponderou o assessor especial.

Segundo ele, no Brasil, os estados quase todos estão em dificuldades financeiras e vivenciando ajustes fiscais, mesmo após 15 anos de LRF. “Temos que antecipar a decisão de ajuste para os gestores, por mais amarga que seja”, defendeu, acrescentando como grande desafio a convergência para as normas fiscais e contábeis internacionais, usando o manual de contabilidade aplicado ao setor público, e a importância das informações corretas e do entendimento dessas novas normas.

“A imprensa usa muito mal a expressão contabilidade criativa, quando deveria utilizar o termo manobras fiscais. Desde 2008 evoluímos muito. Estamos vendo hoje no governo um ajuste fiscal porque a política anteriormente não era sustentável, ou seja, não estamos

conseguindo, com o nível de endividamento atual, gerar déficits primários, pois é necessário que o país tenha uma dívida sustentável”, disse, ponderando que os resultados fiscais devem ser apurados sob várias óticas. “Não é boa a prática de, por exemplo, analisar informações e tomar decisões somente considerando o mundo orçamentário, já que há também o mundo contábil. A separação clara desses dois mundos é um desafio constante”, disse. Feijó citou que, além da contabilidade orçamentária e da patrimonial, a contabilidade financeira, mais restrita ao caixa. “Contabilidade é, basicamente, fluxo e estoque, em qualquer das três óticas. Quem faz boa contabilidade patrimonial faz boa financeira. E a orçamentária é parcialmente patrimonial”, associou.

## Principais Desafios

Partindo dessas ponderações, o professor elencou os principais desafios atualmente: ter clara a existência desses três mundos contábeis; ter claro que nos três mantém-se a máxima que o básico são os controles dos fluxos (receitas e despesas) e dos estoques (ativos e passivos); e dispor de profissionais capacitados. E qual seria, na opinião do especialista, o perfil adequado ao profissional do setor público?

“Em geral, na faculdade, dá-se aula de orçamento público, não de contabilidade pública. O profissional precisa entender de finanças públicas, contabilidade, orçamento e responsabilidade fiscal. Todo um conhecimento sobre gestão fiscal responsável. Administração financeira e orçamentária também fazem parte desse contexto”, disse, lembrando que tudo o que afeta do patrimônio deve ser regimento registrado. “O profissional do futuro tem que passar por essas disciplinas e depois seguir para as normas internacionais. É preciso dar ênfase à contabilidade patrimonial e adotar princípio da universalidade do registro, como frisava o professor Lino”.

Além do registro contábil fiel ao orçamento, Feijó voltou a destacar o desafio da mudança de cultura. “A mudança da gestão contábil passa por uma estrutura organizada, geração de informações, sistema centralizado e capacitação profissional. Depois, o processo de mudança exige uma liderança. Não é só sistema, ele é operado por pessoas. O contador não é onipresente, precisa estar bem informado. Contabilidade aplicada ao setor público é o grande instrumento, mas é essencial a auditoria contábil, criar a cultura do registro de todos os passivos e ativos.”

(continua na pag. 5)

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro | Prefeito: Eduardo Paes | Controladoria Geral do Município | Controlador-Geral: Antonio Cesar Lins Cavalcanti | Subcontroladora de Gestão: Nadia Assunção Fernandes Neves | Subcontroladora de Integração de Controles: Angela de Arezzo Meireles Prestando Contas | Edição e pauta: Margarete Ramos e Rogério Lessa Benemond | Projeto Gráfico e arte: Ricardo Augusto | Diagramação: Nanci Marques | Redação: Margarete Ramos, Erika Grijó e Rogério Lessa Benemond | Revisão: Rogério Lessa Benemond | Impressão: Gráfica e Editora Rio DG Ltda. | Tiragem: 500 exemplares | Assessoria de Comunicação Social | Assessora-chefe: Margarete Ramos | Editor gráfico: Nanci Marques

# Planejamento, foco e trabalho em equipe

## Márcio Loureiro

*Contador-geral da CGM-RJ*



*Márcio Martins Loureiro é bacharel em Ciências Contábeis, com especializações em Controladoria Pública e Políticas Públicas. É técnico de Contabilidade desde 1991 e ingressou na Controladoria*

*Geral do Município há 16 anos, onde assumiu os cargos de assessor da Contadoria, gerente e coordenador da Coordenadoria de Informações Contábeis. Em 2014, assumiu o cargo de Contador Geral da CGM.*

### Como está sendo o desafio de ocupar o cargo de contador-geral da CGM-RJ

O grande desafio em ocupar o cargo de contador-geral é ser um profissional dinâmico, atento às mudanças pela qual passa a contabilidade pública e disposto a enfrentar o desafio de gerenciar aproximadamente oitenta servidores, pois gerir pessoas não é fácil. Aprendo a cada dia com os desafios que esta gestão impõe.

Quanto ao processo de trabalho, suas obrigações e informações aos diversos e variados setores que nos demandam são inesgotáveis e requer adaptação o tempo todo, não há zona de conforto.

### Na comparação com os demais entes federativos, existe algum aspecto em que o Rio pode ser destacado pelo pioneirismo?

O reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis que a contabilidade do Município do Rio de Janeiro demonstra a mais de vinte anos. Na perspectiva do Tesouro Nacional o prazo inicial para o registro contábil destes bens para todos os Entes da Federação será o exercício de 2016.

### Quais foram as principais mudanças que o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) trouxe para a Contadoria da CGM? Como foi o histórico desse trabalho de implantação?

As principais mudanças trazidas pelo Manual de Contabilidade foram a padronização dos conceitos e práticas contábeis, plano de contas único aplicado ao setor público e dentro deste plano de contas, o controle da disponibilidade por fonte de recurso e a segregação dos procedimentos orçamentários e patrimoniais.

Essas mudanças proporcionaram as seguintes atividades: criação do novo plano de contas, criação de eventos e transações com as novas contas contábeis, regras de contabilização automática ou não, redefinição dos demonstrativos contábeis e suas especificações, dentre outras. O histórico de acontecimentos elenco abaixo:

Em 2008, através da Resolução CGM 855 de 12 de setembro de 2008, foi constituído o Grupo de Trabalho com a finalidade de acompanhar as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e a convergência às Normas Internacionais.

No ano de 2010, foi feito levantamento das ações necessárias para adequação do Sistema FINCON e definições sobre os cadastros de contas, eventos e transações.

Em 2011, este grupo elaborou o desdobramento do plano de contas aplicado às necessidades da PCRJ e especificação das demonstrações contábeis.

No ano de 2012, o plano de contas foi revisto, já que houve mudança significativa no PCASP (MCASP 5ª Ed.), e finalizado com aproximadamente 5000 contas contábeis. Foi elaborada a maior parte dos eventos e iniciadas as transações. As especificações das demonstrações contábeis foram revistas e definidas as prioridades quanto aos relatórios.

Em 2013 foram estabelecidas etapas que permitissem a implantação do PCASP no Sistema FINCON:

- finalização dos cadastros: com a criação de aproximadamente 3200 eventos e 23.300 transações, de regras de contabilização e códigos do Tesouro;
- especificação das demonstrações contábeis dos fundos especiais;
- “DE PARA” das contas contábeis para implantação de saldos;

- teste das especificações das demonstrações contábeis;
- treinamento com os Contadores da Administração Indireta e Contadores da Contadoria Geral; e
- elaboração da Resolução de Encerramento visando implantação do PCASP;

E finalmente em 2014, a entrada no ar do sistema com o novo plano de contas aplicado ao setor público e regras de contabilidade implementadas. Foi um trabalho árduo de total aprendizado e adequação a nova realidade desafiadora que se apresentava, ainda há muito o que fazer.

forem implementados todos os procedimentos contábeis patrimoniais descritos na Portaria STN nº 634, de 19 de novembro de 2013, de observância obrigatória pelos entes da Federação.

### **Em todo processo de inovação há dificuldades e ganhos. Poderia elencar alguns?**

Em tempo de crise e escassez de recursos, digo que a necessidade de inovação tecnológica que o padrão de contabilidade exige é sem sombra de dúvida a grande dificuldade para todos os atores envolvidos neste processo e o ganho é poder ter uma contabilidade do setor público padronizada.

**Em tempos de crise e escassez de recursos, digo que a necessidade de inovação tecnológica que o padrão de contabilidade exige é a grande dificuldade para todos**

### **Quais foram as principais dificuldades enfrentadas com a aplicação do MCASP na PCRJ?**

Destaco o pouco tempo de validação das mudanças de regras, rotinas e relatórios que foram impostas pelas alterações; e a quantidade de horas dedicadas à disseminação do conhecimento do MCASP a todos os servidores envolvidos na contabilidade da Administração Direta e Indireta.

Em 2014, com a entrada do sistema no ar, nos deparamos com inúmeras críticas geradas pelo sistema por falta de regra para o fato em tela, para as quais nos debruçamos na solução com a maior rapidez possível.

Foi um ano de muito trabalho, porém o sentimento é de dever cumprido, logramos êxito em entregar a Prestação de Contas no prazo legal. Ainda há ajustes que serão realizados.

### **E quais foram os benefícios com o processo de convergência na PCRJ? Já é possível detectar ganhos efetivos com a adoção das normas internacionais de contabilidade no setor público?**

A padronização de um plano de contas único para a Contabilidade Pública brasileira foi um ganho efetivo. Os demais avanços somente serão percebidos quando

### **Quais são os principais desafios para o futuro?**

Encontra-se em consulta pública no sítio da Secretária do Tesouro Nacional, em [www.stn.fazenda.gov.br/web/stn/consultas-publicas](http://www.stn.fazenda.gov.br/web/stn/consultas-publicas), minuta contendo o plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais para todos os Entes da Federação, a princípio com prazo final de implantação em 2023.

O desafio para o futuro é fazer com que todos os procedimentos que ainda não realizamos venham a ser implantados dentro do prazo estabelecido e dentro do padrão esperado. Os prazos, se aprovado o proposto na minuta, iniciam-se em 2016 com o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis e tem como término 2023 para os demais aspectos referentes aos procedimentos patrimoniais estabelecidos nas IPSAS, NBC TSP e MCASP.



## **A experiência de BH**

Após Feijó, Lucy Fátima de Assis Freitas, contadora-geral da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, apresentou sua experiência com a implantação da nova contabilidade na capital mineira. Ela contou que, influenciado por uma boa vontade política, em 2010 iniciou-se o diagnóstico de mudança para novo modelo e o resultado evidenciou a necessidade de adequação de praticamente todas as áreas de gestão, desencadeando praticamente um processo de "reforma administrativa".

Contudo, considera que em geral os problemas vividos em BH são comuns a todo órgão público que se vê diante dos mesmos desafios. Nesse contexto, pode ser necessário ampliar prazos, observando as particularidades de cada caso.

Lucy destacou que Belo Horizonte já foi terceira capital do Brasil e, apesar da estagnação da população de 2,5 milhões de habitantes, possui estrutura com aproximadamente 70 entidades contábeis. Uma estrutura descentralizada que conta com secretarias, autarquias, fundações e o desafio de fazer a consolidação das contas.

"Em 2010 começamos a discutir o novo modelo de contabilidade. Devido ao bom momento político, tivemos uma boa situação de governança. Contratamos uma empresa e tivemos boas condições para tratar das três questões fundamentais: pessoas, sistemas e processos. Foi feito mapeamento e um escopo de modelo. A partir daí, iniciamos um projeto audacioso de mudança", relatou a contadora-geral.

"Fizemos relatórios, workshops, estávamos em ritmo acelerado, sendo detectado que em todos os processos que havia necessidade de alimentar grande parte de informações de forma manual, algo inadmissível hoje em dia".

Em vista disso, foi necessária a customização dos sistemas para adaptação à realidade do município. Do ponto de vista dos processos, o diagnóstico indicou que quase todos não estavam padronizados. "Faltava informação, racionalização, modernização dos processos para melhorar o nível de percepção da população em relação aos serviços prestados. Neste contexto, a Prefeitura resolveu implementar um projeto de sistema integrado de gestão, via PPP.

-Desde 2011 atuamos em oito parcerias público-privadas. Tem sido sucesso, apesar do alto grau de complexibilidade das PPPs na área de sistemas", relatou, acrescentando a importância do processo de sensibilização do pessoal, que exigiu 832 reuniões, entre outras iniciativas. "Hoje todos são parceiros e houve agregação de valor porque a contabilidade apropriou conhecimento da área de interface, do chão de fábrica".

Segundo Lucy, atualmente há mais qualidade e transparência no município cujas demonstrações

retratam mais a realidade do que há algum tempo. "Foi preciso criar uma gerência e fazer concurso para contratar 15 contadores, que têm ganho de até 50% de produtividade. Então conseguimos formar um grupo motivado. Sem motivação, estudo, participação em eventos, não chegamos lá, não há mudança", resume.

## **Rio em busca da convergência**

Em seguida, a Coordenadora de Contabilidade da Contadoria Geral da CGM-RJ, Rosângela Pereira Ramos, frisou que o processo de convergência às normas internacionais com a implantação do MCASP é um grande desafio para a Contadoria da CGM-RJ, e que para tanto, deve-se investir em três pilares fundamentais: estratégia, tecnologia e capital humano. Rosangela fez um histórico dessa convergência no Rio, município com orçamento de aproximadamente R\$ 31 bilhões, com 29 secretarias e 22 órgãos da administração indireta, sendo 13 estatais dependentes.

---

**2008-2009** – Criação do grupo de trabalho e acompanhamento dos GTs da STN.

**2010** – Mobilização das equipes, período em que se trabalhou nas definições do que iria ser alterado e do módulo de contas a pagar que foi adiado por razões de limitação de prazo para alterações no sistema.

**2011-2013** – Elaboração do plano de contas, eventos, transações, regras e especificações. Neste período ocorreu: revisão profunda deste plano e treinamento.

**2014** – A CGM-RJ já vinha aprimorando a elaboração das Demonstrações Contábeis como registro de depreciação, amortização, provisão dos encargos da dívida, créditos a receber, equivalência patrimonial e consolidação com a exclusão das transações intermunicipais.

---

A implantação em 2014 foi difícil, pois o trabalho envolveu a validação de vários relatórios e regras de contabilização. "Um ano para exercitar a paciência", disse Rosangela, pois o desafio era trabalhar com a nova versão do sistema sem a possibilidade de utilizar a outra versão em paralelo.

"A STN apresentou Minuta para Consulta Pública, referente ao plano de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais com novos prazos que vão até o ano de 2023. Muitos podem achar que estão postergando muito, mas a realidade é que, segundo o Portal Federativo, até meados de 2014, 52% dos municípios brasileiros não tinham implantado o PCASP. O Estado que se destacou foi o de Pernambuco que teve, segundo o site do SICONFI, 61% de seus municípios com o RGF do 1º quadrimestre de 2015 homologados", argumentou a Coordenadora, que também vê no futuro um fortalecimento da capacidade de planejamento e de gestão como resultados do referido processo.

# 15 anos de LRF: a parte técnica e prática da Lei

## Waldir Ladeira



*Professor Adjunto da UERJ e da UFRJ, Doutor em Políticas Públicas e Formação Humana / UERJ e Mestre em Contabilidade / UERJ, Vice Presidente de Desenvolvimento*

*Profissional do CRCRJ e Acadêmico da Academia de Ciências Contábeis do Estado do Rio de Janeiro.*

Ao completar em 4 de maio de 2015, quinze anos de cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é possível fazer um resgate dos avanços e dos desafios que tal compromisso nacional, em todas as esferas e nos três poderes de nossa organização político administrativa, tanto na administração direta quanto na indireta, alcançou com o equilíbrio fiscal entre as receitas e as despesas executadas em seus orçamentos anuais com objetivo dos entes públicos praticarem uma administração racional dos recursos disponíveis durante o período de suas próprias gestões sem comprometerem gestões futuras.

As quatro bases da LRF – planejamento, transparência, controle e responsabilização – revelam a necessidade do bom trato da riqueza pública de forma a incentivar os gestores a buscarem cada vez mais a profissionalização de suas administrações para a promoção do bem comum da sociedade assistida e a universalização, com a qualidade necessária, de serviços básicos como segurança, infra estrutura, saneamento, saúde, habitação, educação etc.

Sabemos que os recursos chamados “públicos”, nada têm de públicos, mas sim de coletivos, pois de fato esses são bem particulares, e devem ser voltados para o interesse do conjunto social. Nós cidadãos temos duas questões primordiais no Estado, pois somos ao mesmo tempo os proprietários desse Estado (financiando com nossos recursos todas suas ações), bem como os usuários ou clientes dessas ações.

Soma-se a essas duas questões, o controle, porém não os controles institucionais já exercidos por força constitucional – o controle externo a cargo do Poder Legislativo e o controle interno a cargo de cada Poder – mas referimo-nos ao controle social exercido pela sociedade civil organizada, ainda tão incipiente, apesar dos 15 anos da LRF.

A LRF avançou muito na questão técnica do planejamento, porém questões ligadas ao aspecto político, e não jurídico, ainda carecem de solução e provocam reflexos diretos no aspecto financeiro da gestão pública, pois as receitas, que apresentam como fonte de recurso cada um de nós brasileiros, têm permanecido, ao longo desses quinze anos, com elevada carga tributária e por conseqüência da falta de uma reforma tributária tão divulgada em período eleitoral, gera uma incerteza de arrecadação para a administração pública pelo elevado grau de inadimplência dos contribuintes que, por vezes, não conseguem pagar seus tributos.

### Inadimplência

A inadimplência gera queda de arrecadação e afeta de imediato os riscos fiscais e o cumprimento das metas traçadas que, como conseqüência, provoca um aumento do estoque da dívida ativa a montantes que chegam a ultrapassar um orçamento anual completo. Além disso, em razão da baixa sistemática de cobrança e ou do pouco controle e avaliação de sua efetividade, resulta em aumentos significativos ano após ano, prejudicando sobremaneira o atendimento mínimo em diversas áreas de um governo.

Muito temos estudado sobre o controle e a qualidade das despesas públicas, porém esse esforço não é compatível quando a discussão é a receita pública!

A LRF deixa claro que com pouca arrecadação o ente público deve limitar seus gastos, o que na prática representou um avanço para a administração pública, pois ao cumprir a lei o gestor é incentivado a executar suas políticas públicas com o valor que dispõe no tesouro, e não mais a prática dolosa que gerava gastos por disponibilidade orçamentária, independente da arrecadação. No entanto, continuamos sem atender, de forma universal e com qualidade

mínima necessária, áreas importantes para o bem estar de nossa sociedade.

Sabemos que o orçamento representa um planejamento do quanto se espera arrecadar e com base nas funções alocativa, distributiva e estabilizadora, define-se quanto e em que projetos e atividades se pretende gastar de acordo com os valores previstos. Fato é que muitas são as demandas da sociedade que não foram atendidas por governos sucessivos; demandas estas de custeio e de investimento que, antes da LRF, muitos governos buscavam atender-las sem recursos financeiros disponíveis, somente com os créditos orçamentários, o que geravam montantes impagáveis em restos a pagar que comprometiam, e muito, a gestão vindoura.

Os instrumentos de transparência e controle também foram incentivados com a exigência de divulgação periódica das informações econômico-financeiras em relatório resumido de execução orçamentária (bimestral) e relatório de gestão fiscal (quadrimestral), bem como nos anexos de metas e riscos fiscais. Soma-se a essa exigência da LRF, as audiências públicas periódicas e a promoção do controle social, como já dito ainda incipiente, apesar de 15 anos já passados.

O aspecto prático da aplicação da lei revelou avanços e desafios ainda não superados. Como avanços, além dos já citados, destacamos o zelo na busca da objetividade dos atos e dos fatos da gestão, elevando a importância das informações produzidas pela contabilidade, que resulta no

## As quatro bases da LRF - planejamento, transparência, controle e responsabilização - revelam a necessidade do bom trato da riqueza pública

### Políticas públicas

As políticas públicas definidas nos instrumentos constitucionais de planejamento orçamentário são estruturadas em vinte e oito funções e divididas em inúmeros programas e, em seguida, em outros tantos projetos e atividades. Cada governo legitimamente eleito define suas diretrizes e em razão dos escassos recursos financeiros disponíveis, são levados a priorizarem parte dessas funções em suas políticas de governos, porém devem preservar duas funções que representam política de estado, que são a Educação e a Saúde, que, ainda assim, revelam inúmeros problemas e necessidades urgentes.

Muito avançamos para a racionalidade de nossos recursos, a lei criou limites e condições para práticas que comprometiam o equilíbrio das arrecadações e execuções orçamentárias como a renúncia e a antecipação de receitas, a criação ou aumento da despesa de caráter continuado, gastos com pessoal, dívida pública e endividamento e para as novas dívidas sem capacidade financeira disponível no tesouro. Essas ações trouxeram racionalidade para o trato do dinheiro público, mas não resolveram questões mais profundas que o pragmatismo do equilíbrio financeiro, este por muitas vezes alcançado pelo corte orçamentário de inúmeras ações importantes como temos acompanhado nos noticiários atuais.

aprimoramento do controle dos valores registrados em atendimento aos diversos limites legais, e das execuções constantes da lei orçamentária anual, com aplicação imediata de medidas que visam o equilíbrio financeiro na própria execução.

### Desafios

Quanto aos desafios, ainda residem a falta de comprometimento da gestão com o trato racional do patrimônio de todos nós, o elevado aspecto político do orçamento, que cria grande demanda na execução das inúmeras políticas públicas necessárias para o atendimento da sociedade, mas que se contrapõe com os escassos recursos disponíveis, além do aspecto técnico pouco desenvolvido sobre o cálculo e controle de custos das diversas ações governamentais, assim como a questão do aprimoramento das avaliações da eficácia, da eficiência e da efetividade dos gastos, e por que não, das receitas também?

O mérito inegável da LRF nesses 15 anos é ter sobrevivido a duas ideologias diferentes no Poder Central, porém o mais importante ainda parece ser:

**“Manter as contas públicas equilibradas, mesmo que o estoque da dívida interna com a sociedade permaneça acumulando a níveis ainda impagáveis por qualquer governo que assumo o comando do país”.**

## Planejamento e meritocracia são prioridades no Rio

Acompanhar o cumprimento dos Acordos/Contratos de gestão é missão do Escritório de Gerenciamento de Metas, vinculado à Secretaria Municipal da Casa Civil. Este acompanhamento é realizado por meio de três rotinas: relatórios de progresso, que deverão ser entregues ao Prefeito mensalmente, informando o desempenho de cada Secretaria; a expectativa em relação ao cumprimento de suas metas no final do ano; e levantamento de possíveis ações para a melhora da atuação da Secretaria.

Por fim, ocorre uma avaliação final, em que são apresentadas as metas alcançadas e não alcançadas pelos órgãos, ou seja, quem cumpriu ou não o acordo/contrato de gestão.

Vale destacar que a CGM-RJ participa do processo desde 2011, recebendo o bônus pela terceira vez, sendo que desta última atingiu a nota máxima (10).

Este ano a CGM-RJ tem duas Metas Ouro. A primeira é alcançar, juntamente com a CVL e SMA uma redução de R\$ 30 milhões nos gastos do projeto de compras.

A segunda Meta Ouro da CGM-RJ, que também deverá ser alcançada em conjunto com a SMA, prevê a elaboração de um relatório, trazendo indicadores de Recursos Humanos das principais categorias profissionais.

Importante: A CGM-RJ será contemplada no Acordo de Resultados de 2015 se atingir uma meta ouro e cumprir as metas 3, 4 e 5 constantes no referido Acordo.



## CONACI e Banco Mundial se encontram em Brasília



Representantes de Controladorias e do CONACI se reúnem no Distrito Federal

Aconteceu no dia 29 de maio, em Brasília (DF), o seminário “O Sistema de Controle Interno no Brasil – avanço por mais eficiência”, promovido pelo Banco Mundial em parceria com Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).

O encontro, que reuniu membros e representantes das duas entidades, além de órgãos de Controle Externo e do Executivo Federal, é resultado de uma parceria estabelecida entre o Conselho e o Banco com objetivo de implementar melhorias sistêmicas nos órgãos governamentais de controle interno do Brasil.

O objetivo do projeto, em sua essência, é trazer técnicas internacionais bem-sucedidas para o fortalecimento das secretarias municipais e estaduais de controle e transparência, aumentando, conseqüentemente, os mecanismos de combate à corrupção no poder executivo brasileiro, em especial na função de auditoria.

## 45º Seminário da CGM-RJ lota o auditório do CASS

O auditório do CASS recebeu quase 200 pessoas no dia 11 de junho que prestigiaram o 45º Seminário da Controladoria Geral do Município, cujo tema foi “A Contabilidade Aplicada ao Setor Público no

Brasil: dificuldades e ganhos com a sua inovação”. O evento contou com as participações do assessor especial da Subsecretaria de Planejamento Estratégico e Modernização Fazendária da Secretaria Estadual de Fazenda do Rio de Janeiro, Paulo Henrique Feijó; da contadora-geral da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Lucy Fátima de Assis Freitas; e da coordenadora de Contabilidade da Contadoria Geral da CGM-RJ, Rosângela Pereira Ramos.

Mais informações sobre os eventos da CGM-RJ podem ser encontradas em nosso portal: <http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm>

## 15 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal

O auditório do Ministério Público recebeu, no início de maio, diversas personalidades das áreas de Controle e de Contabilidade no dia em que foram comemorados os 15 anos da promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O objetivo do encontro foi debater a origem da lei, além dos benefícios e desafios para os próximos anos.

Na mesa de abertura, o controlador-geral da CGM-RJ, Antonio Cesar Lins Cavalcanti, chamou a criação da LRF de “um marco e um enorme avanço na gestão pública, ainda que exista um grande espaço para evoluir”. Segundo opinou, a LRF “alçou o profissional da contabilidade a uma visibilidade inédita”, mas nestes 15 anos que se passaram “muitas oportunidades foram perdidas, especialmente devido a embates políticos que desvirtuaram o desejo da Lei”.



## Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público

O livro "Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público", de Paulo Henrique Feijó, (Editora Gestão Pública) aborda o teor e os desafios para implantar um novo padrão de contabilidade para o setor público. A obra está estruturada em oito capítulos que apresentam:

a) os aspectos relacionados ao contexto histórico em que se iniciou esse processo de mudanças contábeis e o papel das principais instituições que lideram sua implementação no cenário nacional e internacional;

b) as diretrizes e ações capitaneadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a partir da definição das orientações estratégicas;

c) as premissas e os bastidores da elaboração das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), pelo Grupo Assessor criado pelo CFC;

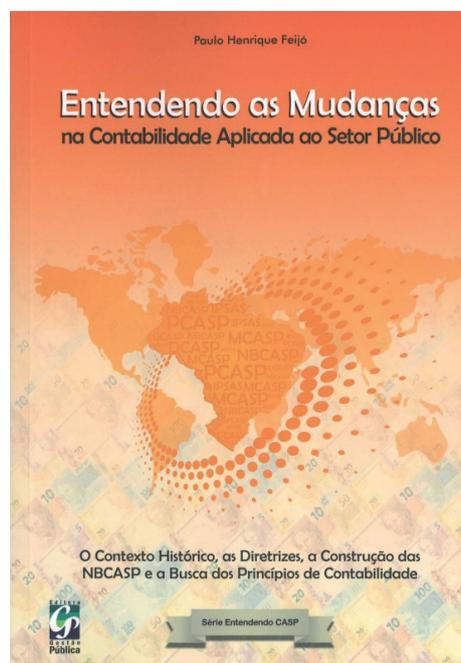
d) a busca pelos princípios de contabilidade, trazendo os elementos que nortearam a publicação da resolução do CFC que interpretou esses princípios sob a perspectiva do setor público;

e) a importância do reconhecimento dos créditos tributários a receber, que, por sua vez, somente serão evidenciados se, e somente se, o setor público aplicar o regime de competência.

Os profissionais que atuam no setor público estão preparados para

as mudanças? Que profissional contábil o setor público precisará no futuro? Em que competências técnicas o candidato a uma vaga no setor público deverá se especializar? Estas são questões discutidas nesta obra.

No modelo de perguntas e respostas, são tratadas questões que envolvem a estratégia de implementação do processo de mudança e do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), além de outras questões relacionadas com a "Nova Contabilidade do Setor Público".



Por fim, aborda os impactos, produtos e públicos que são alvo da mudança. Trata das motivações para mudar, da estratégia, das dimensões a serem observadas para a melhoria da gestão contábil e instiga a que os entes avaliem o nível de maturidade.

O autor viveu de perto todo esse processo de mudanças. Teve a oportunidade de atuar como responsável pela área de contabilidade do Governo Federal e, ao mesmo tempo, participar do grupo do Conselho Federal de Contabilidade que elaborou as primeiras NBCASP. Coordenou os trabalhos dos grupos técnicos

que conduziram ao PCASP e às novas demonstrações contábeis. A partir dessa experiência, e resgatando o contexto em que foram construídos os principais marcos das recentes mudanças na contabilidade do setor público, busca propiciar a compreensão do ambiente em que se iniciou o processo, as premissas, as diretrizes, os desafios enfrentados e as perspectivas de futuro.

Paulo Henrique Feijó é bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília UNB, com pós-graduação em Contabilidade e Finanças pela Fundação Getúlio Vargas FGV. É analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional, com atuação na Coordenação Geral de Programação Financeira de 1993 a 2006. Tem participado de diversas iniciativas voltadas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas, especialmente nos aspectos relacionados com a administração do caixa, a programação e execução financeira, a apuração dos resultados fiscais e contabilidade aplicada ao setor público. Coordenou a integração do Tesouro Nacional aos mecanismos do Sistema de Pagamentos Brasileiro. Participa de atividades de capacitação de gestores públicos em todo o país e é professor da disciplina Administração Orçamentária e Financeira, Responsabilidade Fiscal e Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Autor de vários livros nas áreas de finanças públicas e contabilidade aplicada ao setor público.



# Relatório Resumido da Execução Orçamentária

# Demonstrativos LRF

Balanço Orçamentário. Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Janeiro a Maio de 2015

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO ATUALIZADA		REALIZAÇÃO				SALDO	
	mai-14	mai/15	Em mai-14	Em mai/15	Até mai-14	Até mai/15	Em mai-14	Em mai/15
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>22.697.895.817,00</b>	<b>24.651.184.218,00</b>	<b>1.597.392.981,81</b>	<b>1.642.843.563,45</b>	<b>9.178.035.920,01</b>	<b>9.652.031.077,56</b>	<b>13.519.859.896,99</b>	<b>14.999.153.140,44</b>
Tributárias	8.956.886.886,00	9.716.690.649,00	659.287.856,35	685.538.042,02	4.119.849.060,67	4.373.718.220,10	4.837.037.825,33	5.342.972.428,90
Contribuições	2.829.120.670,00	3.244.993.588,00	228.323.313,70	250.778.608,13	1.121.362.533,58	1.223.461.939,25	1.707.758.136,42	2.021.531.648,75
Patrimoniais	1.380.119.605,00	1.334.418.795,00	85.070.802,87	91.140.145,28	349.662.549,88	376.429.493,87	1.030.467.055,12	957.989.301,13
Industrial	10.540.600,00	11.862.820,00	500.886,85	587.154,04	2.174.864,98	2.588.259,58	8.365.735,02	9.274.560,42
Serviços	389.031.175,00	463.046.364,00	29.041.442,41	17.134.401,45	112.908.925,45	118.377.665,34	276.122.249,55	344.668.698,66
Transferências Correntes	7.359.573.968,00	7.790.387.218,00	520.553.578,36	514.311.903,28	3.085.028.491,04	3.107.233.599,51	4.274.545.476,96	4.683.153.818,49
Outras Receitas Correntes	1.772.822.913,00	2.089.784.784,00	74.615.301,27	83.353.309,25	387.249.404,41	450.221.899,91	1.385.573.418,59	1.639.562.884,09
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>4.475.521.906,00</b>	<b>5.538.244.534,00</b>	<b>40.766.907,74</b>	<b>119.609.706,34</b>	<b>398.061.821,47</b>	<b>940.767.463,60</b>	<b>4.077.460.084,53</b>	<b>4.597.477.070,40</b>
Operações de Crédito	2.408.437.105,00	2.430.518.920,00	4.956.540,85	20.174.693,57	242.120.087,88	619.056.886,34	2.166.317.017,12	1.811.462.033,66
Alienações de Bens	437.092.485,00	655.860.436,00	757.500,00	129.380,00	944.964,34	1.638.725,27	436.147.520,66	654.221.710,73
Amort. de Empréstimos	91.488.165,00	65.523.460,00	(6.673.042,46)	3.799.063,39	34.268.791,10	31.577.043,58	57.219.373,90	33.946.416,42
Transferências de Capital	1.220.907.284,00	2.248.977.418,00	41.725.909,35	95.506.569,38	120.727.978,15	288.494.808,41	1.100.179.305,85	1.960.482.609,59
Outras Receitas de Capital	317.598.867,00	137.364.300,00	-	-	-	-	317.598.867,00	137.364.300,00
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS ( I )</b>	<b>27.173.417.723,00</b>	<b>30.189.428.752,00</b>	<b>1.638.159.889,55</b>	<b>1.762.453.269,79</b>	<b>9.576.097.741,48</b>	<b>10.592.798.541,16</b>	<b>17.597.319.981,52</b>	<b>19.596.630.210,84</b>
ESPECIFICAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA		EXECUÇÃO				SALDO	
	mai-14	mai/15	Em mai-14	Em mai/15	Até mai-14	Até mai/15	Em mai-14	Em mai/15
<b>DESPEAS CORRENTES</b>	<b>(20.783.905.121,24)</b>	<b>(22.678.903.631,15)</b>	<b>(1.732.477.835,46)</b>	<b>(1.598.902.708,01)</b>	<b>(7.030.713.049,78)</b>	<b>(7.592.146.433,70)</b>	<b>(13.753.192.071,46)</b>	<b>(15.086.757.197,45)</b>
Pessoal e Encargos	(12.082.541.091,92)	(13.576.875.916,17)	(1.027.324.610,66)	(952.265.693,21)	(4.353.559.077,74)	(4.671.558.183,41)	(7.738.982.014,18)	(8.905.317.732,78)
Juros e Encargos da Dívida	(669.732.444,00)	(532.112.928,00)	(44.061.973,49)	(22.143.861,86)	(256.035.253,86)	(197.538.672,23)	(413.697.190,14)	(334.574.255,77)
Outras Despesas de Correntes	(8.021.631.585,32)	(8.569.914.786,98)	(661.091.251,31)	(624.493.152,94)	(2.421.118.718,18)	(2.723.049.578,06)	(5.600.512.867,14)	(5.846.865.208,92)
<b>DESPEAS DE CAPITAL</b>	<b>(6.971.680.972,15)</b>	<b>(8.534.359.194,21)</b>	<b>(207.831.065,82)</b>	<b>(403.593.447,15)</b>	<b>(687.991.110,28)</b>	<b>(1.370.727.002,71)</b>	<b>(6.283.689.861,87)</b>	<b>(7.163.632.191,50)</b>
Investimentos	(6.129.680.117,64)	(8.043.691.235,21)	(180.039.203,32)	(388.302.006,44)	(531.156.227,79)	(1.110.889.541,28)	(5.598.523.889,85)	(6.932.801.693,93)
Inversões Financeiras	(463.539.648,51)	(199.804.311,00)	(847.544,96)	(301.000,00)	(22.122.970,17)	(112.564.318,57)	(441.416.678,34)	(87.239.992,43)
Amortiz. de Dívida Interna e Externa	(378.461.206,00)	(290.863.648,00)	(26.944.317,54)	(14.990.440,71)	(134.711.912,32)	(147.273.142,86)	(243.749.293,68)	(143.590.505,14)
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>(147.440.907,51)</b>	<b>(51.777.491,07)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(147.440.907,51)</b>	<b>(51.777.491,07)</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS ( II )</b>	<b>(27.903.027.000,90)</b>	<b>(31.265.040.316,43)</b>	<b>(1.940.308.901,28)</b>	<b>(2.002.496.155,16)</b>	<b>(7.718.704.160,06)</b>	<b>(8.962.873.436,41)</b>	<b>(20.184.322.840,84)</b>	<b>(22.302.166.880,02)</b>
<b>SUPERÁVIT/DÉFICIT ( III ) = ( I - II )</b>	<b>(729.609.277,90)</b>	<b>(1.075.611.564,43)</b>	<b>(302.149.011,73)</b>	<b>(240.042.885,37)</b>	<b>1.857.393.581,42</b>	<b>1.629.925.104,75</b>	<b>(2.587.002.859,32)</b>	<b>(2.705.536.669,18)</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES *</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>215.877.271,94</b>	<b>498.431.852,03</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

FONTE: CGM-RJ - CONTADORIA GERAL  
 NOTA : VALOR CONSTANTE NO ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA LRF.